



CARTA

TERRA, TERRITÓRIO, DIVERSIDADE E LUTAS

Ao povo brasileiro,

Nós, movimentos populares e sindicais do campo, águas e florestas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, pesquisadores e pesquisadoras, organizações não governamentais, ambientalistas, representantes de governos progressistas, lideranças partidárias e parlamentares, reunidos entre os dias 06 e 08 de junho de 2019, na Escola Nacional Florestan Fernandes (Guararema, São Paulo), considerando os desafios atuais denunciemos que:

1

Estamos em tempos de crise do capitalismo, o que resulta no aumento das desigualdades, injustiças, exclusões e violência contra os povos. A fúria insana do capital em busca de sua manutenção aprofunda a exploração e eleva o desemprego dos trabalhadores e trabalhadoras, assalta os recursos públicos e os bens da natureza;

2

Isto vem sendo feito com a destruição de direitos, retrocesso de conquistas populares do último século e a privatização e destruição dos bens comuns da natureza. O capital se apropria ilegítima e ilegalmente das terras, água, biodiversidade, minérios, petróleo e outras fontes de energia, resultando inclusive em crimes socioambientais como os cometidos pela Vale em Mariana e Brumadinho;

3

Para implementar a agenda ultraliberal, o capital financeiro e a classe dominante, entreguista e antinacional, impediram a participação de Lula no processo eleitoral e atuaram para eleger o governo Bolsonaro, manipulando a vontade popular por diversos meios, especialmente a disseminação de fake news e a pauta de ódio. Os interesses antinacionais, privatistas e a favor dos Estados Unidos ficam evidentes na entrega da Base de Alcântara, da Embraer, do Pré-Sal e da Amazônia, e nas ameaças de venda do Banco do Brasil, Correios, Caixa Econômica Federal, subsidiárias da Petrobrás, entre outras empresas públicas;

4

As principais consequências socioeconômicas da agenda ultra neoliberal são: aumento do desemprego, diminuição dos salários, retirada de direitos trabalhistas, precarização do trabalho, aumento do trabalho escravo, corte de políticas de proteção social e de renda mínima como o bolsa família, paralisação dos programas de moradia, de defesa dos direitos das mulheres e da juventude, cortes na educação pública e brutal ataque à previdência social;

5

Atendendo os interesses do agronegócio, os governos Temer e Bolsonaro promovem o desmonte das instituições e da legislação de direitos humanos, ambiental, fundiária, e de soberania e segurança alimentar,

6

como o fechamento do MDA, Ministérios do Trabalho e da Cultura, a reformulação da Secretaria de Aquicultura e Pesca, o sucateamento do INCRA, FUNAI, IBAMA, ICMBio, Fundação Palmares e a extinção dos conselhos de participação social, a exemplo do CONSEA, CONDRAF, Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais;

Isso resulta no aumento do desmatamento, do ritmo de exploração dos bens naturais, da liberação e uso de agrotóxicos, da violência contra as mulheres (aumento do feminicídio) e contra a população LGBT, do genocídio da juventude negra e da violência no campo. Ao mesmo tempo, resulta também no fim das ações de reforma agrária, de demarcação de territórios indígenas, de titulação de territórios quilombolas, de reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas, na reconcentração de terras, legalização da grilagem, redução de áreas protegidas, recategorização de áreas de conservação fragilizando a proteção ambiental, retirada de direitos das pescadoras e pescadores artesanais, além da destruição de políticas públicas destinadas aos povos do campo, águas e florestas.

OS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO REAFIRMAM A LUTA:

- a) Em defesa das políticas agrárias de Estado, cumprindo a Constituição Federal: a desapropriação para fins de reforma agrária das terras que não cumpram função socioambiental, a demarcação de territórios indígenas, a titulação de territórios quilombolas e o reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas;
- b) Em defesa das políticas socioambientais, igualmente garantidas pela Constituição: direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida;
- c) Pela manutenção e ampliação das unidades de conservação, garantindo direitos de povos e comunidades tradicionais;
- d) Em defesa dos territórios, terra, água, sementes, bens da natureza, cultura, modos de vida, do bem viver e pelo fortalecimento da agricultura familiar e camponesa;
- e) Pela soberania alimentar, hídrica, territorial, ambiental, genética, energética e mineral;
- f) Pelo direito ao trabalho decente, salário, renda, emprego, renda mínima cidadã, contra a precarização e o trabalho escravo;
- g) Contra a reforma da previdência e aposentadoria, que ataca especialmente as mulheres, os assalariados e assalariadas rurais, segurados especiais e professores e professoras. Defendemos a manutenção do sistema de previdência pública de caráter solidário e o direito à aposentadoria;

- h)** Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis, para toda a população brasileira, destacando a importância da educação e das escolas do campo;
- i)** Contra o retrocesso nas políticas públicas duramente conquistadas pela classe trabalhadora e povos do campo, águas e florestas;
- j)** Contra a violação dos direitos humanos, a violência, a liberação da posse e porte de armas, o racismo, o machismo, a pregação de ódio e todas as formas de discriminação;
- k)** Em defesa do SUS, por uma saúde pública, gratuita e de qualidade;

DIANTE DISSO NOS COMPROMETEMOS:

- a)** Com a soberania popular, os territórios dos povos e os interesses da nação brasileira, nos somando ao conjunto da classe trabalhadora na defesa das empresas estatais, dos serviços públicos como um direito de todos e não mera mercadoria, e contra a submissão do governo Bolsonaro aos interesses dos EUA;
- b)** A denunciar a seletividade, falta de transparência e participação social no sistema de justiça, e a parcialidade de setores do poder judiciário, que resultam em violações de direitos e impunidade;
- c)** A construir um novo projeto para o campo, com centralidade nos sujeitos – em especial as mulheres, jovens e negros – terra e territórios, educação, soberania alimentar, cooperação e agroecologia;
- d)** A produzir alimentos saudáveis a preços justos para o povo brasileiro;
- e)** Com a conservação da natureza e contra a espoliação depredatória do agro-hidro-minero-negócio, denunciando retrocessos ambientais e resistindo a uma economia devastadora;
- f)** A defender companheiros, companheiras e organizações que sofrem criminalização e violência, denunciando toda injustiça em qualquer parte do país;
- g)** Com a atuação pela liberdade do Lula, como expressão de respeito aos direitos constitucionais e democráticos de todas as pessoas.

Reafirmamos a luta unitária pela construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática. Conclamamos o povo brasileiro a resistir e lutar, participando das próximas grandes mobilizações populares, da Greve Geral de 14 de junho e da Marcha das Margaridas em 13 e 14 de agosto.

São Paulo, 8 de junho de 2019

ORGANIZAÇÕES QUE ASSINAM

Amigos da Terra Brasil
- NAT/Brasil

Articulação dos Empregados
Rurais do Estado de Minas
Gerais - ADERE

Articulação do Semiárido
Brasileiro - ASA

Articulação Nacional de
Agroecologia - ANA

Articulação Nacional de
Agroecologia da Amazônia

Articulação Pacari-Raizeiras do
Cerrado

Associação Brasileira de
Agroecologia - ABA

Associação Brasileira de Juristas
pela Democracia - ABJD

Associação Brasileira de
Reforma Agrária
- ABRA

Associação Ijuense de Proteção
ao Ambiente Natural - AIPAN

Campanha Permanente Contra
os Agrotóxicos e Pela Vida

Central Única dos Trabalhadores
- CUT

Central UNICatadores

Centro de Cultura Negra do
Maranhão - CCN/MA

Centro de Documentação Eloy
Ferreira da Silva - Cedefes

Centro de Formação: Educação
Popular, Cultura e Direitos
Humanos

Coletivo de Mulheres do
Maranhão "Ieda Batista"

Comissão Pastoral da Terra -
CPT

Confederação Nacional
dos Trabalhadores Rurais
Agricultores e Agricultoras
familiares - CONTAG

Confederação Nacional dos
Trabalhadores e Trabalhadoras
na Agricultura Familiar
- CONTRAF

Conselho Indigenista Missionário
- CIMI

Conselho Nacional de Povos
e Comunidades Tradicionais -
CNPCT

Coordenação Nacional das
Entidades Quilombolas -
CONAQ

Escola de Ativismo
Federação de Órgãos para
Assistência Social e Educacional
- FASE

Fórum da Amazônia Oriental-
FAOR

Fórum dos Gestores e Gestoras
responsáveis pelas políticas
publicas de apoio à Agricultura
Familiar

Fundação Lauro Campos e
Marielle Franco

Fórum Paranaense de Combate
aos Agrotóxicos

Fundação Perseu Abramo

Grupo Carta de Belém - GCB

Instituto de Estudos
Socioeconômicos - Inesc

Movimento Camponês Popular
- MCP

Movimento Ciência Cidadã

Movimento Interestadual de
Mulheres Quebradeiras de Coco
Babaçú - MICQB

Movimento dos Atingidos por
Barragens - MAB

Movimento de Pescadores e
Pescadoras Artesanais - MPP

Movimento de Trabalhadores e
Trabalhadoras do Campo - MTC

Movimento de Mulheres
Camponesas - MMC

Movimento dos Pequenos
Agricultores - MPA

Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra - MST

Movimento pela Soberania
Popular na Mineração - MAM

Movimento Nacional de Direitos
Humanos - MNDH

Movimento Urbano de
Agroecologia - MUDA

Rede de Agroecologia do
Maranhão - RAMA

Rede Jubileu Sul Brasil

Secretaria Agrária Nacional do
PT

Serviço de Assessoria a
Organizações Populares Rurais
- SASOP

